



Entrevista

**COM MÁRCIA APARECIDA
FERREIRA DE OLIVEIRA**



Fundação Podemos: Na opinião da senhora, quais seriam os principais problemas da promoção da saúde no Brasil hoje?

Os principais problemas estariam relacionados à precariedade do saneamento básico, à falta de vigilância sanitária, à necessidade de maior investimento financeiro e em recursos humanos e à insuficiente educação permanente na atenção primária à saúde. Deste modo, é necessário pensar em uma política de atenção primária à saúde, que seja efetivamente implementada e que busque a promoção da alimentação adequada e saudável. Devemos pensar também na promoção de atividade física para a população brasileira, nos atentando aos cuidados com o envelhecimento. Por fim, é preciso que se tenha o objetivo de reduzir tudo que leva à vulnerabilidade social.

Fundação Podemos: Poderíamos elencar alguns dos problemas mais urgentes?

Não há dúvidas de que temos que colocar aqui o enfrentamento à Covid-19, lembrando que em relação a ele, será necessária uma política efetiva, pois até 2022 ele permanecerá como um inimigo invisível. É fundamental que se combata a mortalidade infantil. Além disso, há um problema sério em relação ao enfrentamento das seguintes doenças: diabetes, hipertensão e câncer. Temos que nos focar nas práticas voltadas aos

públicos mais vulneráveis, buscando financiamento e parcerias intersetoriais. Estes são verdadeiros desafios para a promoção da saúde. Aliás, não podemos esquecer que a prevenção é a melhor forma de preservar a saúde e também os cofres públicos.

Fundação Podemos: Pensando no cenário atual, no qual vivemos uma grave pandemia que trará inevitáveis consequências para o nosso sistema de saúde, como pensar a saúde brasileira?

O sistema de saúde brasileiro, o nosso Sistema Único de Saúde, deverá intensificar seu trabalho principalmente em relação à população (pessoas, famílias e grupos organizados). Todavia, não podemos deixar de lado a necessária atenção que deve ser dada aos reguladores do sistema; isto é aos reguladores que são oriundos do Ministério da Saúde, das Agências, do Legislativo e do Judiciário. Deverá haver uma coordenação entre eles e os prestadores; ou seja, os hospitais, clínicas e empreendedores coordenados com todos esses reguladores. Na mesma lógica, teremos que desenvolver estratégias para o fornecimento, envolvendo toda a rede de fornecedores, que inclui farmácias, laboratórios, etc. Claro que também não podemos deixar de observar que nessa equação complexa teremos que colocar os pagadores, aqueles que no terceiro setor também auxiliam na prestação do serviço de saúde do SUS.

Fundação Podemos: Teremos pela frente um desafio extremamente árduo, como enfrentá-lo?

O Brasil passa concomitantemente por uma crise sanitária, econômica e política. Na realidade, isto era esperado. O problema central, contudo, é que até o momento não se tem um projeto baseado em evidências que possa ser implementado nos três eixos de crise e em conjunto. Assim, precisamos urgentemente passar a observar o seguinte:

Primeiro, temos que valorizar e intensificar o Sistema Único de Saúde brasileiro. O aprendizado mundial que nos foi dado indica que não se pode centralizar o fornecimento de material de saúde em um único país. Todos os países devem desenvolver e industrializar esse tipo de material.

Segundo, o governo federal não está exercendo o papel de coordenação para controlar a epidemia, prejudicando tanto o isolamento, quanto indo muito mal nos repasses orçamentários. O Ministério da Saúde está paralisado e isto dificulta a aquisição de equipamentos e testes para a rede de Estados e Municípios. As informações são truncadas e, geralmente, contraditórias.

Desta maneira, para revertermos esta situação perversa, precisamos pensar e desenvolver estratégias para dar eficiência à resistência e ao controle da pandemia; como já dito, até 2022 vivenciaremos esta temática.

Fundação Podemos: Muito se fala hoje sobre vivermos numa sociedade hiperconsumista e hipermoderna. Uma das características dessa sociedade é a decepção e a frustração. Temos visto o aumento nos índices de suicídio pelo mundo e do consumo de drogas e entorpecentes em geral. Como lidar com isso num país que está prestes a entrar num período de “grave depressão econômica e social” após o enfrentamento da pandemia?

O momento após a pandemia exigirá um novo modo de se pensar não só a vida, mas a economia, o meio ambiente, enfim, praticamente tudo. O mundo terá que ser pensado com vistas a um desenvolvimento de saúde global, um desenvolvimento que seja realmente sustentável. Estaremos diante de outros modos de viver. Há muitos anos estamos vivenciando o número crescente de suicídios e do uso de álcool e outras drogas. São fenômenos multifacetados e necessitam, justamente em razão disso, de políticas centradas na interdisciplinaridade e na intersectorialidade. Até 2016, vínhamos em uma construção paulatina desta política, ainda se contava com algumas dificuldades, tais como, orçamentárias, de consenso entre os diversos segmentos sociais, de modelos assistenciais, dentre outras. Porém, a partir de 2016 uma nova conjectura se instalou no Brasil em relação às políticas de saúde pública, sobretudo em relação ao álcool e outras drogas. Foi criada e executada uma PEC,

de número 95/2016, que limitou por 20 anos os gastos públicos, incluindo a saúde e a educação. Além disso, em 2018 o Governo Federal retirou 9 bilhões do Sistema Único de Saúde, demitindo 10.600 agentes comunitários e extinguindo 14.000 postos de trabalho. O governo terminou com um Programa da Organização Panamericana de Saúde, demitindo 11.000 médicos cubanos, o conhecido programa Mais Médicos. Acabou com a Política de Saúde Mental, incluindo hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas como lugar de tratamento e confinamento. Além disso, acabou com a farmácia popular. Fechou o Departamento de HIV/AIDS e acabou com o financiamento da Atenção Básica. Não abriu nenhum novo leito de UTI; com a pandemia houve uma projeção de mais 15.000 leitos, porém a capacidade era de somente 6000 novos leitos, o que demonstrou desconhecimento acerca da capacidade instalada no território brasileiro.

Fundação Podemos: No cenário político é comum escutar o termo “guerra às drogas”. Sabemos que se trata de uma das principais plataformas de muitos dos discursos políticos. Contudo, parece haver pouca, ou nenhuma, perícia sobre o assunto quando tratado no contexto da política eleitoral. Diante disso, poderíamos dizer que existe no Brasil uma “guerra às drogas”? Se ela existe, os parâmetros de enfrentamento são corretos?

A atual Política em matéria de álcool e outras drogas sem dúvida é uma política de “guerra às drogas” e confinamento. Tanto que a mesma foi retirada do Ministério da Saúde e levada para o Ministério da Cidadania. Esse fenômeno é multifacetado e mereceria uma Secretaria só dele, tal como em vários países. O exemplo é Portugal. No Brasil temos até hoje duas políticas em curso, uma da SENAD e a outra do Ministério da Saúde. O que deveria ter sido feito no passado é a SENAD ter se tornado secretaria direta do Governo Federal, demandando as diretrizes, abrindo o grande debate da descriminalização das drogas e mais adiante, com segurança para a população, o debate para a legalização. Uma única secretaria levaria a cabo todos os segmentos sociais para tal discussão: saúde, segurança pública, justiça e justiça social, desenvolvimento social, habitação, educação, dentre outros.

Eu desconheço os atuais parâmetros para a guerra às drogas, creio que estavam a caminho de explicitar, porém, com o advento da pandemia, os ministérios foram focos de discórdias, sucessão de erros e permanecem paralisados.

Fundação Podemos: Analisando o contexto internacional, poderíamos citar algum modelo de sistema de saúde que pudesse contribuir para a realidade brasileira? Quais experiências poderiam ser valiosas para o futuro do Brasil na área da saúde?

O sistema de saúde da Espanha é um exemplo mundial, porém com a pandemia entrou em colapso, o que já era esperado, pois o país não fez o básico, que era apostar no distanciamento social. Após o crescente número de mortes resolveu instituir o lockdown. Mas, não por isso, é ainda o melhor sistema de saúde e muito semelhante ao Sistema Único de Saúde do Brasil.

Durante e no pós-pandemia o Brasil precisará de um movimento coletivo para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Neste momento terá que realizar testes em massa na população, fortalecer uma rede capilarizada em todo o país e implementar tecnologia capaz de manter a vida. Precisamos apostar na capacidade de pesquisa, na inovação e, assim, ampliar a produção de emprego e, conseqüentemente, do bem-estar. Precisamos nos focar no ensino voltado à Saúde Pública, ter mobilização social. Além do mais, temos que ainda buscar garantir uma renda mínima sem burocracias e, sobretudo, mudar o eixo do desenvolvimento para a sustentabilidade; ou seja, garantir planejamento urbano, habitação, meio ambiente equilibrado, segurança, alimentação saudável e economia sustentável.

Biografia



Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira

Professora Livre Docente pelo Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Licenciada e bacharel em Enfermagem pela Faculdade Don Domênico e Ciências pela Universidade

Católica de Santos. Coordenou a Área Temática de Álcool e outras Drogas na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo de 2008 a 2010. No período de 2021 a 2023 foi Professora Visitante do Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Cuidado, Educação e Trabalho em Enfermagem e Saúde, Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, Professora Sênior Livre Docente III no Instituto de Estudos Avançados das Universidade de São Paulo.



fundação podemos
política para todos

